

Referência para citação:

STROEHER, A. M.; FREITAS, H. Identificação das necessidades de informações contábeis de pequenas empresas para a tomada de decisão organizacional. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE GESTÃO DA TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (CONTECSI), 3º, 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2006. p. 233, 1 CD-ROM.

Identificação das Necessidades de Informações Contábeis de Pequenas Empresas para Tomada de Decisão Organizacional

Identification of the necessities of accounting data in small firms for organizational decision making

Ângela Maria Stroehler (PPGA/EA/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil) amstroehler@uol.com.br

Henrique Freitas (PPGA/EA/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pesquisador CNPq, Porto Alegre, Brasil) hf@ea.ufrgs.br

RESUMO

O artigo versa sobre as necessidades de informações contábeis de pequenas empresas para tomada de decisão organizacional, a partir das opiniões de contadores e proprietários de pequenas empresas. O estudo fundamenta-se em uma pesquisa de caráter exploratório e qualitativo, utilizando como abordagem metodológica entrevistas semi-estruturadas. São apontadas divergências nas visões de que tipo de informações são e não são necessárias. Não obstante, estudos brasileiros sobre a utilização da informação contábil pelos gestores apresentam que há divergências entre os relatórios mais requisitados pelos gestores e os comumente gerados pelo sistema de contabilidade para dar suporte ao processo de gestão econômico-financeira, suprimindo apenas parcialmente as necessidades de informação, pois freqüentemente são gerados com atrasos e se apresentam de difícil compreensão. Para tanto, torna-se necessário elaborar relatórios complementares para suprir essas necessidades informacionais.

Palavras-chave: Informações Contábeis, Tomada de Decisão, Pequenas Empresas

ABSTRACT

The present paper aims to identify the requirements of accounting data in small firms and describes its use for organizational decision making, comparing the opinion of small firm owners and accountants. It has been done an exploratory and qualitative investigation, using semi-structured interviews as methodological approach.

Keywords: Accounting Data, Decision Making, Small Firms

1 INTRODUÇÃO

No atual contexto empresarial, a informação é um recurso imprescindível para as empresas, podendo verdadeiramente representar uma vantagem competitiva para determinadas organizações (McGEE E PRUSAK, 1994; BEUREN, 2000). Vários autores como Goldratt (1991), McGee e Prusak (1994), Davenport (2000), Beuren (2000) abordam a importância da informação para as organizações inseridas num ambiente cada vez mais competitivo.

A quantidade de dados e informações a que as organizações estão expostas diariamente, demanda um gerenciamento eficaz (BEUREN, 2000), sendo este aspecto parte integrante do processo decisório dos dirigentes e gestores dentro das organizações. Se administrar é decidir, a continuidade de qualquer negócio depende das decisões tomadas pelos gestores dos vários níveis organizacionais dentro das atividades de planejamento e controle (BIO, 1985; ASSAF NETO, 1997).

Há nas empresas uma multiplicidade de fontes e de usos da informação (DAVENPORT, 2000). Entre as várias fontes existentes nas empresas, destaca-se a Contabilidade que, enquanto ciência responsável por todo o processo de mensuração, registro e comunicação dos fatos que envolvem a atividade empresarial (CARVALHO e NAKAGAWA, 2004), tem como principal função suprir de informação relevante os gestores, a fim de capacitá-los a alcançar os objetivos da organização com o uso eficiente de seus recursos (BEUREN, 2000). A Contabilidade possibilita à empresa coletar, processar e relatar informação para uma variedade de decisões operacionais e administrativas.

Não obstante, estudos brasileiros sobre a utilização da informação contábil pelos gestores (SOARES, 1998; RESKE FILHO, 2000; ZANOTELI, 2001) apresentam que há divergências entre os relatórios mais requisitados pelos gestores e os comumente gerados pelo sistema de contabilidade para dar suporte ao processo de gestão econômico-financeira, suprimindo apenas parcialmente as necessidades de informação, pois freqüentemente são gerados com atrasos e se apresentam de difícil compreensão. Para tanto, torna-se necessário elaborar relatórios complementares para suprir essas necessidades informacionais.

Beuren (2000) alerta que as abordagens funcionais da gestão da informação, tais como contabilidade, finanças, informática, etc., tenham dispersado a responsabilidade sobre a perspectiva conjunta de melhorar o volume, a qualidade e a tempestividade da geração e distribuição de informação aos diferentes tipos de usuários. Neste sentido, os contadores não podem esperar que um único conjunto padronizado de relatórios vá atender a todas as necessidades de informação dos funcionários e dos gerentes (ATKINSON et al., 2000), pois essas necessidades freqüentemente diferem materialmente dos dados coletados nos registros contábeis (MEIGS, JOHNSON e MEIGS, 1977). Segundo Santos (1998), a existência de diferentes usuários com diferentes necessidades e preferências é um problema do qual a Contabilidade, em sua função de bem informar, não pode fugir, entretanto, na sua incapacidade de atender às especificações de cada tipo de usuário, acaba por optar pelo fornecimento de um conjunto básico de informações, que pressupõe ser útil para a maioria dos usuários.

Diante disso, a Contabilidade tradicional, executada apenas para cumprir exigências legais, e os relatórios contábeis por ela gerados, raramente acrescenta valor às atividades empresariais, representando quase sempre gastos obrigatórios para as organizações e mostrando-se incapaz de atender satisfatoriamente as necessidades dos usuários

(OLIVEIRA, PEREZ JUNIOR e SILVA, 2002; CARVALHO e NAKAGAWA, 2004). Isso implica em uma redefinição da atuação do profissional contábil, ou seja, o contador precisa desenhar e conduzir seu sistema de informação contábil em consonância com as reais necessidades de informações do usuário (OLIVEIRA, PEREZ JUNIOR E SILVA, 2002). Para Guerreiro (1992), é preciso que os contadores se conscientizem que os gestores constituem uma classe especial de usuários da informação contábil, necessitando de informações adequadas para tomada de decisão.

Para Kassai (1997), pelas características diferenciadas que apresentam em relação à grande empresa pode-se constatar que as pequenas empresas enfrentam problemas de gestão específicos. Segundo a autora, uma das principais dificuldades enfrentadas pelos proprietários de empresas de pequeno porte, na tarefa de administrar sua empresa, refere-se à compreensão dos aspectos financeiros e contábeis do negócio. Estudos brasileiros (OLIVEIRA, MÜLLER e NAKAMURA, 2000; SOUZA, 2001; RAMOS, PAULA e TEIXEIRA, 2000; PIRES, COSTA e HAHN, 2004; SILVA, 2002; PITELA, 2000; CARVALHO E NAKAGAWA, 2004; CERQUEIRA, OLIVEIRA e AZEVEDO, 2004; COSTA e YOSHITAKE, 2004) revelam que na maioria das pequenas empresas, em razão principalmente da influência fiscal, ocorrem distorções relevantes nas informações contábeis. É perceptível a imagem, principalmente nas pequenas empresas, de algo que existe somente para o atendimento das exigências fiscais, ficando relegado, ao segundo plano, o atendimento das necessidades da gestão dos negócios. Assim, o proprietário da pequena empresa não vê o serviço de contabilidade como uma extensão de sua empresa, e sim como uma obrigação imposta pelo governo com fins arrecadatórios. Nesse contexto, os empresários estão mais preocupados com as informações de ordem tributária fornecidas pela contabilidade, relacionando o contador a questões tributárias, como mecanismos para escapar da tributação, deixando de lado o planejamento, a organização, o controle, e outras atribuições básicas da função administrativa. Assim, os escritórios de contabilidade são mais procurados para confecção de Declarações de Imposto de Renda e guias fiscais para pagamento de tributos.

O presente estudo, de caráter exploratório e qualitativo, identificou as necessidades de informações contábeis em pequenas empresas para tomada de decisão, a partir das opiniões de contadores e proprietários de pequenas empresas. A seguir, na seção 2 apresentam-se os aspectos conceituais relacionados à informação contábil e à identificação das necessidades de informação; na seção 3 aborda-se o método da pesquisa; a seção 4 explora os resultados do estudo e as considerações finais estão apresentadas na seção 5.

2 A CONTABILIDADE E A INFORMAÇÃO CONTÁBIL

A escolha de métodos de produção, comercialização, obtenção e aplicação de recursos financeiros, determina movimentações patrimoniais que de forma relevante podem atingir o lucro (LOPES DE SÁ, 2005). Segundo o autor, quer a vontade dos seres humanos que decidem sobre a movimentação dos capitais, quer a direção para o cumprimento destas, quer a dos que executam os comandos, tende a provocar transformações patrimoniais expressivas. Logo, a decisão que gera a movimentação da riqueza interessa diretamente ao estudo contábil.

Num sistema contábil, os eventos econômicos são as fontes básicas da informação contábil; o contador atua como transmissor, observando estes eventos e codificando-os para transmitir a informação através dos relatórios contábeis. Segundo Simon (1970), a informação contábil tornou-se um instrumento importante de que dispõe o administrador

para rever suas atividades. Conforme Deitos (2003), o sistema de informações contábeis, desde que projetado para atender a necessidade de informações gerenciais de seus usuários, pode conferir a qualquer empresa, independentemente do porte, uma maior segurança no processo de tomada de decisões.

Segundo a CVM (1986), a Contabilidade é uma ciência nitidamente social quanto às suas finalidades, pois, em última análise, através de suas avaliações do progresso das entidades, propicia um melhor conhecimento das configurações de rentabilidade e financeiras, e, indiretamente, auxilia os acionistas, os tomadores de decisões, os investidores a aumentar a riqueza da entidade. A contabilidade, além de gerar informações, permite explicar os fenômenos patrimoniais, construir modelos de prosperidade, efetuar análises, controlar e também serve para prever e projetar exercícios seguintes, entre tantas outras funções (OLIVEIRA, MÜLLER e NAKAMURA, 2000).

O administrador precisa, no desempenho de suas funções, obter informações que lhe permitam acompanhar o desenvolvimento das atividades e avaliar os resultados decorrentes dessas ações, traçando metas e políticas que possibilitem o alcance de seus objetivos, quando se estabelece a relação entre a Contabilidade e a Administração, pois é ela que pode oferecer ao administrador tais informações (PITELA, 2000).

Assim, o que se depreende destes conceitos sobre Contabilidade é que seu objetivo básico é prover informações úteis para a tomada de decisão organizacional. Segundo o CFC (1995), “as informações geradas pela Contabilidade devem propiciar aos seus usuários base segura às suas decisões, pela compreensão do estado em que se encontra a Entidade, seu desempenho, sua evolução, riscos e oportunidades que oferece”. Ainda conforme destaca Santos (1998), tais informações teriam que ser úteis para prever, comparar, avaliar a capacidade de uma empresa em gerar riqueza futura e julgar a habilidade do administrador em utilizar os recursos da empresa com eficiência no atendimento de seu objetivo principal.

A informação contábil se expressa por diferentes meios, como demonstrações contábeis, escrituração ou registros permanentes e sistemáticos, documentos, livros, planilhas, listagens, diagnósticos e descrições críticas (CFC, 1995; FIPECAFI, 1994). Não obstante, esses meios buscam prover os usuários das informações contábeis, sobre aspectos de natureza econômica, financeira e física do Patrimônio de uma Entidade particularizada, atendendo, dessa forma, o objetivo científico da Contabilidade, qual seja, a correta apresentação do Patrimônio e a apreensão e análise das causas das suas mutações (FIPECAFI, 1994).

Por outro lado, Vasconcelos e Viana (2002), comentam que o maior dos objetivos da Ciência Contábil é levar ao usuário do produto contábil as informações que necessitam para gerir seus empreendimentos, o que ocorre por meio de relatos, pareceres, tabelas, planilhas e outras formas (FIPECAFI, 1994). Não obstante, para cumprir seu papel como fonte de informações úteis para o processo de tomada de decisão, a contabilidade deve acercar-se de características fundamentais à administração, tais como: ser útil, oportuna, clara, íntegra, relevante, flexível, completa e preditiva (fornecer indicadores e tendências), além de ser direcionada à gerência do negócio (OLIVEIRA, MÜLLER e NAKAMURA, 2000).

2.1 Identificação das necessidades de informação

Para McGee e Prusak (1994), devido ao fracasso dos níveis executivos em concentrar-se em questões relativas à informação, poucas organizações têm conhecimento das informações que já possuem e das que precisam. Conforme os autores, identificar as

necessidades e os requisitos de informação constitui a tarefa mais importante dentro do processo de gerenciamento da informação, devido à complexidade, inconstância, rapidez e total imprevisibilidade do mundo dos negócios, que obrigam a que as necessidades de informação dos executivos sejam tão variadas como os fatores que influenciam a sua organização. Além disso, para Davenport (2000), o processo de gerenciamento da informação depende dos interesses, dos problemas e do setor de cada organização.

Segundo Davenport (2000: 176) “determinar as exigências da informação é um problema difícil, porque envolve identificar como os gerentes e funcionários percebem seus ambientes informacionais”. O entendimento do assunto passa por várias perspectivas – política, psicológica, cultural, estratégica – e as ferramentas correspondentes, como avaliação individual e organizacional. Não obstante, McGee e Prusak (1994) alertam que oferecer aos executivos enormes documentos impressos ou acesso a um banco de dados extremamente amplo sem indicar atalhos e instruções que facilitem uma resposta rápida não é um enriquecimento às informações, mas um obstáculo.

Na identificação de necessidades de informação, o profissional da informação deve observar duas características de grande valor, seja na fase de elaboração da estratégia empresarial ou em sua execução, que se consubstanciam na variedade de informações necessárias e na disponibilidade das mesmas (BEUREN, 2000). A variedade refere-se ao número de fontes de dados que deverão ser abrigadas pelo sistema, para gerar uma informação estratégica, que devem ser tão variadas quanto o ambiente que o sistema busca interpretar. Na disponibilidade de informações necessárias observa-se que os gestores nem sempre têm o conhecimento que se deseja sobre a dimensão dessa questão, pois não têm a menor idéia se essa informação existe, dentro ou fora da empresa, e, se existe, se pode ser obtida, colocada no sistema ou fornecida em tempo hábil (McGEE e PRUSAK, 1994; BEUREN, 2000).

Segundo Davenport (2000), o procedimento mais comum para determinar as exigências informacionais é questionar o gestor sobre que tipo de dados ele precisa, ou quais são seus “fatores essenciais para o sucesso”, e que informações são necessárias para monitorar cada um desses fatores.

De acordo com ACKOFF (apud BIO, 1985: 123):

Para um administrador saber de que informações têm necessidade é preciso que esteja ciente de cada tipo de decisão que deve tomar (e realmente toma) e ter um modelo adequado de cada tipo. Raramente essas condições são satisfatórias. Muitos administradores têm algumas noções de pelo menos alguns dos tipos de decisões que lhes cabe tomar. As suas noções, porém, tendem a ser fundamentalmente deficientes em decorrência de um princípio importante de economia científica: quanto menos se sabe a respeito de um fenômeno, maior é o número de variáveis exigidas para explicá-lo. Portanto, o administrador que não compreende o fenômeno que controla procura proteger-se e, em relação a informações, ele quer “tudo”.

Conforme Kotler e Armstrong (1998), os gerentes nem sempre necessitam de todas as informações que solicitam, e às vezes não pedem aquelas de que realmente necessitam. Além disso, alguns gerentes solicitam informações antes de refletirem cuidadosamente sobre o que estão realmente necessitando. Os autores salientam que os custos de obter, processar, armazenar e divulgar as informações podem crescer rapidamente. Assim, a empresa deve decidir se os benefícios trazidos por uma informação valem os custos de providenciá-la. No entanto, tanto o valor da informação quanto seu custo são, em geral, difíceis de mensurar. A informação em si não tem valor; seu valor origina-se do emprego que lhe é dado.

Segundo Aquino e Santana (1992), o entendimento das necessidades dos usuários de informações obriga a que primeiro se coloque a questão da “intensidade”. Pode ser necessária apenas uma percepção sobre a entidade objeto das informações, caso em que existe necessidade de apenas um conjunto de informações sumárias. Na medida que a intensidade aumenta, um outro nível será necessário para identificar com mais precisão o objetivo do usuário das informações.

2.2 A relação das pequenas empresas com as empresas de serviços contábeis e a informação contábil por essas fornecida

De acordo com Kassai (1997), tão grande quanto a discussão a respeito do papel a ser desempenhado pelas empresas de pequeno porte na economia, é a definição a respeito do que venha exatamente a ser “pequenas empresas”. Segundo a autora, na prática prevalecem os critérios de natureza quantitativa que têm como vantagens: permitem a determinação do porte da empresa, são facilmente coletados, permitem o emprego de medidas de tendência no tempo, possibilitam análises comparativas e são de uso corrente nos setores institucionais públicos e privados.

No Brasil, conforme dados do Sebrae, o total de empresas em atividade em 2002, de acordo com as estatísticas gerais mais recentes do IBGE, segundo o critério do porte baseado no número de empregados¹, alcançava 4.918.370 unidades, nos setores da indústria, construção, comércio e serviços. As microempresas representavam 93,6% do total de firmas e o conjunto das micro e pequenas empresas alcança 99,2% do total (SEBRAE, 2005). No Rio Grande do Sul, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS 2002, existiam 216.686 empresas formais, das quais 98,2% eram microempresas e pequenas empresas (SEBRAE-RS, 2004).

Quanto às empresas de serviços contábeis no Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade, divulgou o registro, em dezembro de 2004, de 68.007 empresas de serviços contábeis (escritórios) ativas nos conselhos regionais de contabilidade. Em relação a esse número, o Rio Grande do Sul classifica-se em segundo lugar, com 9.074 escritórios de contabilidade registrados e ativos, após o Estado de São Paulo, com 17.076 escritórios em dezembro de 2004 (CFC, 2004).

Não obstante, conforme Oliveira, Muller e Nakamura (2000), com o desenvolvimento tecnológico, o crescimento das organizações e a complexidade do ambiente econômico, verifica-se por parte das pequenas empresas certa dificuldade no entendimento e na gestão dos negócios. Porém, se por um lado o maior dos objetivos da Ciência Contábil é exatamente levar ao usuário as informações que necessitam para gerir seus empreendimentos (VASCONCELOS e VIANA, 2002), por outro, tem-se que a contabilidade tem sido encarada como um instrumento necessário tão somente para atender a uma série de exigências legais e burocráticas, e não como instrumento de apoio ao administrador para a tomada de decisões e controle (OLIVEIRA, MÜLLER e NAKAMURA, 2000), especialmente nas pequenas empresas. Nesse sentido, apresentam-se resultados de estudos do uso da informação contábil por pequenas empresas.

Os resultados de um estudo realizado com pequenas empresas em Portugal em relação ao uso da informação contábil nas decisões financeiras (NUNES e SERRASQUEIRO, 2004), permitem verificar que os gestores de empresas com contabilidade interna atribuem maior importância à informação contábil, tanto para decisões estratégicas como operacionais. Esse fato, segundo as autoras, poderá indicar que, quando a contabilidade é feita externamente, a principal finalidade da sua elaboração pode ser para propósitos fiscais e legais.

Nesse contexto, surgem as empresas de prestação de serviços contábeis, que, de acordo com Deitos (2003), os clientes e os potenciais tomadores desses serviços de Contabilidade pertencem, em sua grande maioria, ao segmento das micro e pequenas empresas. Nesse sentido, a autora alerta que conhecer as especificidades deste segmento é uma necessidade que se impõe aos profissionais da Contabilidade e implica em estudar as características destas empresas, entender seus processos de organização e de tomada de decisões, analisar os fatores de natureza comportamental e compreender suas dificuldades. No entanto, sublinha a autora, grande parte de nossa literatura discorre sobre as diversas técnicas e procedimentos inerentes à geração e disponibilização de informação contábil, especialmente as de caráter gerencial, com enfoque dirigido às grandes empresas. Em alguns momentos, para o leigo ou o estudante que se inicia na bibliografia da área, parece não ser possível implementar os conceitos apresentados, nas práticas contábeis referentes às micros, pequenas e médias empresas.

No mesmo sentido, de acordo com Leone (1999: 93), “durante muito tempo pensou-se que as pequenas empresas e médias empresas deveriam utilizar, em menor escala, os mesmos princípios de administração usados pelas grandes empresas”, porque se estimava que essas organizações eram comparáveis às grandes empresas. No entanto, segundo a autora, a dimensão da pequena e média empresa cria uma condição particular que a distingue das empresas de maior porte, tornando-se necessário o estudo de um enfoque diferente para sua gestão, pois as pequenas e médias empresas têm seus próprios problemas, além de serem caracterizadas por uma extrema heterogeneidade.

Para Kassai (1997), pelas características diferenciadas que apresentam em relação à grande empresa pode-se constatar que as pequenas empresas enfrentam problemas de gestão específicos. Segundo a autora, uma das principais dificuldades enfrentadas pelos proprietários de empresas de pequeno porte, na tarefa de administrar sua empresa, refere-se à compreensão dos aspectos financeiros e contábeis do negócio. Assim, a não compreensão da lógica contábil, transforma, por muitas vezes, os relatórios financeiros preparados pelo contador em mero cumprimento de uma obrigação legal, ao invés de suprir o administrador/proprietário com informações para o processo de tomada de decisões.

Segundo Oliveira, Muller e Nakamura (2000), na maioria das organizações, em razão principalmente da influência fiscal, ocorrem distorções relevantes nas informações contábeis. As demonstrações contábeis tornaram-se de difícil entendimento gerencial. É perceptível a imagem, principalmente nas pequenas empresas, de algo que existe somente para o atendimento das exigências fiscais, ficando relegado, ao segundo plano, o atendimento das necessidades da gestão dos negócios.

Neste mesmo sentido, um estudo brasileiro sobre a utilização de informações contábeis em empresas de pequeno porte, realizado na cidade de Ipatinga, Minas Gerais, (RAMOS, PAULA e TEIXEIRA, 2000) revelou que os clientes de escritórios contábeis, na maioria empresários de empresas de pequeno e médio porte vêm, na contabilidade, um simples instrumento de registro para atender às exigências fiscais, deixando de perceber que existe diferença entre a contabilidade financeira e a gerencial. Outro estudo (PIRES, COSTA e HAHN, 2004) realizado na cidade de Glória, Espírito Santo, observou que os escritórios de contabilidade não atendem de maneira oportuna e satisfatória as necessidades dos clientes, focando suas atividades em questões de natureza eminentemente fiscal. Segundo os autores, os resultados indicam que os empresários estão mais preocupados com as informações de ordem tributária fornecidas pela contabilidade, ou seja, as empresas tendem a relacionar o contador a questões tributárias. Além disso, observou-se que uma parte dos empresários somente recebe informações contábeis quando ocorre uma solicitação ao contador, e, outra parte dos empresários citou que recebe os

relatórios contábeis uma vez por ano. Conforme Pires, Costa e Hahn (2004), a utilização dessas informações pela maioria dos empresários pesquisados é para bancos, renovação de cadastros e fornecedores. Ainda, a grande maioria dos pesquisados faz o próprio controle das receitas, custos e despesas, sem o auxílio da contabilidade.

Silva (2002), em estudo realizado com microempresas da Região da Campanha do Rio Grande do Sul, observou, com base nas respostas dos empresários, que o aspecto fiscal é o que ganha maior grau de importância. Segundo o autor, embora os entrevistados demonstrem certo contentamento com o serviço fiscal prestado pelos profissionais contábeis, na grande maioria dos casos não lhes são fornecidas todas as informações necessárias, a respeito das sistemáticas de escrituração, deixando de informar-lhes, assim, quais as vantagens e desvantagens de um ou outro sistema. Além disso, o empreendedor não vê o serviço de contabilidade como uma extensão de sua empresa, e sim como uma obrigação imposta pelo governo com fins arrecadatórios.

Outro estudo brasileiro sobre o desempenho do contador na opinião do empresário, realizado na cidade de Ponto Grossa, Paraná (PITELA, 2000), indica o desconhecimento, por parte de muitos empresários, de que a contabilidade pode lhes oferecer um conjunto muito mais útil e abrangente do que, simplesmente, a prestação de contas ao fisco. Segundo o autor, o empresário tem noção da importância da contabilidade para a empresa, ainda que algumas vezes, essa importância esteja relacionada ao cumprimento de obrigações legais. Segundo o autor, o estudo revelou que, de maneira geral, os empresários sentem-se satisfeitos com a atuação de seus contadores, contudo, essa satisfação pode estar ligada ao relacionamento pessoal entre eles, e não ao desempenho profissional. Por fim, Pitela (2000) comenta que os empresários preferem se preocupar com mecanismos para escapar da tributação, deixando de lado o planejamento, a organização, o controle, e outras atribuições básicas da função administrativa.

Para Carvalho e Nakagawa (2004), a maioria dos Relatórios Contábeis apresentados hoje está engessada, além de ser altamente influenciado pelas legislações fiscais, fato que dificulta a apresentação das informações gerenciais necessárias. Ainda para os autores, outro fator que dificulta o seu processo de elaboração é a diversidade de usuários.

Um estudo sobre a socialização da informação contábil para os microempresários (CERQUEIRA, OLIVEIRA e AZEVEDO, 2004), em empresas instaladas no Centro Histórico de Salvador, evidenciou que poucos microempresários recebem balancetes, indicando, segundo o estudo, falta de escrituração contábil completa. Além disso, os escritórios de contabilidade são mais procurados para confecção de Declarações de Imposto de Renda e guias fiscais para pagamento de tributos. Outra revelação do estudo está na compreensão das informações contábeis, onde a maioria dos microempresários entrevistados afirmou considerar de fácil compreensão os relatórios contábeis, revelando que estes empresários desconhecem o que seja um relatório contábil, tendo em vista que apenas uma minoria recebe balancetes, indicando que estes empresários acreditam que as guias fiscais para recolhimento dos tributos são relatórios contábeis de fácil compreensão.

Um estudo sobre o controle e a informação contábil nas pequenas empresas da cidade de Formiga, Minas Gerais, (COSTA e YOSHITAKE, 2004) evidenciou que as pequenas empresas não utilizam as demonstrações financeiras produzidas pela contabilidade, possivelmente porque essas não retratam a realidade, devido ao receio dos empresários em onerar a carga tributária. Além disso, o estudo revelou que os pequenos empresários associam a contabilidade com a legislação tributária, cujas alterações, conforme a maioria das empresas, representam a principal informação gerada pela contabilidade. Segundo os autores, as empresas que possuem apuração do resultado em

determinados períodos, o fazem pelo confronto das entradas e saídas de caixa. Não obstante, por falta de conhecimento do Princípio da Competência, essas empresas deixam de apurar resultado da gestão (lucro ou prejuízo), e apuram o seu saldo de caixa. Por fim o estudo concluiu que um dos maiores motivos que leva as empresas a não utilizarem controles e informações contábeis é a falta de conhecimento do que seja controle contábil e quais informações poderiam ser utilizadas no processo decisório.

Diante do exposto, tem-se que o excesso de burocracia, o fiscalismo, a falta de incentivo e de responsabilidade do governo para com as pequenas empresas forma um somatório de óbices (LOPES DE SÁ, 2005). Segundo o autor, para que os empresários creiam na ajuda que a Contabilidade pode dar é preciso, também, que o profissional faça uma doutrinação. A maioria dos empresários desconhece o poder de orientação que pode receber dos profissionais competentes e estes, também, nem sempre tomam a iniciativa de mostrar isto, talvez por estarem cientes dessa limitação que parece imposta por uma estrutura fiscal complexa e por exigências burocráticas desconexas (KASSAI, 1997).

3 MÉTODO DE PESQUISA

No presente estudo, de caráter exploratório e qualitativo, utilizou-se do método de coleta de dados de entrevistas semi-estruturadas, que se caracteriza por um conjunto de perguntas ou questões definidas em um roteiro flexível em torno de um ou mais assuntos do interesse de uma pesquisa para elucidação do seu objeto (TRIVIÑOS, 1987).

A unidade de análise da pesquisa foi os indivíduos, representados por contadores e empresários. Definiu-se, por conveniência, 5 (cinco) contadores responsáveis por empresas de serviços contábeis, estabelecidas nas cidades de Lajeado e Arroio do Meio, no Vale do Taquari., Rio Grande do Sul. Esses contadores indicaram 3 (três) empresas clientes, levando em consideração o porte, com base no critério de faturamento estabelecido pelo Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte - Lei 9.841/99 (BRASIL, 1999)². Nessas empresas clientes, foram entrevistados os respectivos empresários (proprietários), totalizando 15 (quinze) empresários e 5 (cinco) contadores entrevistados. Cabe ressaltar que a abordagem metodológica de entrevistas semi-estruturadas foi aplicada em empresas de serviços contábeis e empresas clientes destas, ou seja, nesta dimensão, a informação contábil para tomada de decisão organizacional é gerada externamente às empresas.

3.1 Estruturação do instrumento de pesquisa e coleta dos dados

Os roteiros para as entrevistas semi-estruturadas, um para contadores e outro para empresários, foram construídos considerando os objetivos do estudo, bem como o referencial teórico. Com base nos objetivos do estudo e os aspectos específicos a serem pesquisados a partir da revisão da literatura, estruturou-se os roteiros de entrevistas, combinando as questões com as dimensões de pesquisa, dentre as quais destaca-se a identificação das necessidades de informação contábil para tomada de decisão. Sublinha-se que os roteiros de entrevistas para os contadores e para os empresários foram construídos com questões correspondentes, a fim de contrapor as opiniões de ambos em relação à informação contábil necessária para apoio à decisão.

Os roteiros de entrevistas iniciais foram apresentados a dois especialistas, um profissional contábil e um empresário, para passar por uma validação de conteúdo. Com base nas sugestões feitas por ambos, tanto no que se refere ao formato quanto ao conteúdo

do instrumento, os roteiros de entrevistas foram adaptados. Todas as entrevistas foram realizadas face-a-face, gravadas e transcritas na íntegra pela própria pesquisadora, utilizando-se para esse fim o software Sphinx® (FREITAS e JANISSEK, 2000), que igualmente foi utilizado para a análise dos dados.

3.2 Análise dos dados

De acordo com Freitas e Moscarola (2000), qualquer que seja o nível que se deseja atingir e o objeto das pesquisas, os dados a reunir para compreender e explicar opiniões, condutas, ações, enfim, são quase sempre de origem verbal. Neste sentido, Freitas e Janissek (2000), destacam que a Análise de Conteúdo pode ser uma boa técnica para ser utilizada em todos os tipos de pesquisa que possam ser documentadas em textos escritos.

Em relação às etapas técnicas da análise de conteúdo Freitas e Moscarola (2000) destacam que a primeira parte está associada à idéia daquilo que se deseja buscar ou investigar e ao exercício de precisar seu objetivo. Assim, torna-se necessário nesta etapa a escolha das categorias, que são as rubricas significativas em função das quais o conteúdo será classificado. Segundo os autores, a escolha das categorias é o procedimento essencial da análise de conteúdo, visto que elas fazem a ligação entre os objetivos de pesquisa e os seus resultados, ficando o valor da análise sujeito ao valor e à legitimidade das categorias de análise.

Para Freitas e Moscarola (2000), o valor da análise de conteúdo como instrumento de pesquisa deve atender para: a) a fidelidade, onde vale mais a presença ou a ausência de determinado elemento e não sua frequência; b) validade lógica, ou seja, uma análise é válida quando a descrição quantificada que oferece do conteúdo (objeto do estudo) é significativa para o problema originalmente colocado e quando reproduz fielmente a realidade dos fatos que traduz; e c) validade empírica e medida da validade, em vez de convicções, indicações, os autores recomendam prudência e humildade nas conclusões, porém, acreditam que a experiência e a capacitação do analista referendarão o valor de suas análises.

Assim, sobre os dados coletados foram realizadas análises de conteúdo, com o auxílio de um software (Sphinx®), conforme orientações de Freitas e Janissek (2000). Salienta-se que o conteúdo das entrevistas foi categorizado visando evidenciar a reação inicial dos respondentes frente aos questionamentos, bem como, em seguida, o conteúdo latente de suas respostas e comentários.

4 RESULTADOS

4.1 Perfil dos entrevistados

Dos 5 profissionais contábeis entrevistados, tem-se 2 com curso do pós-graduação. Quanto ao tempo profissional na área de contabilidade, 1 dos 5 contadores entrevistados possui menos 15 anos de experiência na área, 1 possui 16 anos e os restantes possuem mais de 30 anos de experiência na área. Os profissionais entrevistados atuam como sócios em empresas de serviços contábeis, cujo tempo de atuação nessas empresas para 1 dos 5 contadores é de 10 anos, para outro é de 12 anos e para os restantes, é acima de 15 anos. Além disso, 4 das 5 empresas de serviços contábeis tem até 10 funcionários, sendo que 1 apenas apresenta no seu quadro funcional, mais de 40 empregados. Em relação ao número

de empresas de pequeno porte atendidas por estas empresas de serviços contábeis, tem-se que 1 dos 5 profissionais dessas empresas atende menos de 20 empresas desse porte, 1 profissional atende 50 pequenas empresas e dos restantes tem-se que atendem acima de 70 empresas desse porte.

Dos 15 empresários entrevistados, tem-se 6 com curso superior completo, dos quais 2 com curso de pós-graduação. A distribuição de escolaridade dos demais é: 1 com 1º grau incompleto, 1 com 1º grau completo, 2 com 2º grau completo e 3 com superior incompleto. Esses empresários atuam como sócios nas suas empresas, sendo que para 11 dos 15 entrevistados, esta é a primeira experiência como proprietário de empresa. Dentre as atividades das empresas pesquisadas, 4 das 15 são indústrias, 3 atuam no comércio, 5 em serviços, 1 tem como atividades a indústria e o comércio, 1 como indústria e serviços e 1 com comércio e serviços. Quanto ao tempo de atuação da empresa no mercado, 7 das 15 empresas atuam há mais de 12 anos. Além disso, 7 das 15 empresas faturam anualmente até R\$ 433.755,14 e 8 faturam entre R\$ 433.755,14 a R\$ 2.133.222,00.

4.2 Identificação das necessidades de informação contábil

Segue, nesta seção, a análise qualitativa dos dados, com base nas entrevistas realizadas com os contadores e os empresários, visando identificar as necessidades de informação com questionamentos sobre documentação, comunicação das informações, utilização, pelos empresários, de outros canais para comunicação das informações contábeis, tipos de informação contábil recebida, questionamento, por parte dos empresários, das informações contábeis, tipos de informações mais questionadas e informações necessárias para a gestão.

Quanto à documentação, observou-se que a maior parte da documentação entregue pelo contador ao empresário fica restrita à documentação legal e fiscal. O estudo realizado evidenciou que grande parte da documentação entregue pelos contadores aos empresários refere-se às obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, dados cadastrais e informações burocráticas.

Por outro lado, observou-se que, para os contadores, todas as informações possíveis e necessárias relativas às empresas de seus clientes são comunicadas. Contudo, parte dos empresários entrevistados desconhece quais informações poderiam ser fornecidas pelo contador sobre suas empresas. Isso implica em dizer que os usuários das informações contábeis desconhecem quais informações são necessárias para suas decisões. Porém, se os contadores consideram fornecer “todas” as informações, observa-se a existência de uma divergência, revelando que, possivelmente, os empresários, por desconhecimento, não utilizam o que lhes é fornecido. No entanto, cabe destacar que os profissionais contábeis consideram como “todas” as informações, àquelas relativas às obrigações fiscais, legais e burocráticas.

A utilização de outros canais de comunicação de informação contábil pelos empresários está vinculada ao esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas, principalmente, relacionados às questões fiscais e tributárias. Do ponto de vista dos contadores, os empresários utilizam muito pouco outros canais de comunicação de informação contábil, tais como reuniões e correio eletrônico. Esses dois aspectos citados podem indicar que o empresário não está procurando mais frequentemente o contador por desconhecer o que este profissional tem a oferecer além das guias de pagamento e declaração de renda, e, os contadores, por sua vez, podem não ter o conhecimento pleno acerca dessa situação, atribuindo aos empresários o desinteresse por mais informações contábeis.

Não obstante, observou-se que as informações mais questionadas pelos empresários referem-se ao pagamento de tributos e formas de economia tributária. Esse aspecto evidencia que a maioria dos empresários entrevistados recebe apenas esse tipo de informação, restringindo-se a elas os seus questionamentos aos profissionais contábeis.

Neste sentido, verificou-se que as pequenas empresas não têm interesse em informação contábil relativa à gestão do empreendimento, *“porque querem um serviço contábil barato”*, conforme comentado por um dos profissionais contábeis entrevistados. Além disso, foram apontadas algumas dificuldades do empresário em relação à sua gestão, como a incorreta interpretação do lucro contábil, vinculando-o às operações financeiras da sua empresa, falta de conhecimento administrativo, falta de conhecimento legal, falta de conhecimento de organização contábil, carga tributária elevada, informalidade e a não distinção entre operações da vida empresarial da particular. Assim, tanto para os empresários quanto para os contadores, o tipo de informação de maior frequência fica restrito aos assuntos de ordem fiscal, legal e burocrática.

Não obstante, para os empresários entrevistados as informações necessárias para a gestão de suas empresas estão relacionadas com o nível de faturamento, custos, despesas, margem de lucro, formação do preço de venda, tributação e informações não-financeiras, enquanto que os contadores entrevistados consideram informações necessárias para as empresas de seus clientes, o ponto de equilíbrio, endividamento, planejamento tributário, fluxo de caixa, bem como algumas citadas pelos empresários, tais como custos, formação do preço de venda e margem de lucro. Porém, como as informações fornecidas pelos contadores aos empresários ficam restritas às áreas legal, fiscal e burocrática, grande parte dos empresários entrevistados gera as próprias informações necessárias para administração do negócio, não utilizando as informações provenientes da contabilidade. Assim, além do aspecto legal, fiscal e burocrático, as informações contábeis também não são utilizadas porque não representam a realidade da empresa, devido à informalidade, segundo os empresários entrevistados.

Por outro lado, os empresários entrevistados não questionam seus contadores sobre informações contábeis necessárias para a gestão de seus empreendimentos, que gostariam que fossem fornecidas por esses profissionais. Mas para os contadores, os empresários têm questionado sobre a necessidade de informações contábeis, revelando uma divergência.

Importante destacar que, para alguns profissionais contábeis entrevistados, o empresário questiona o contador sobre formas de evidenciar se o seu empreendimento está sendo econômico e financeiramente lucrativo. Porém, nesse sentido, salienta-se que nem todos os dados sobre a empresa são fornecidos pelo escritório contábil, sendo necessário o empresário providenciar alguns, muitas vezes, dados não-financeiros, para juntamente com o seu contador transformar em informações relevantes para a gestão do seu empreendimento.

Para a maioria dos empresários entrevistados, as informações contábeis fornecidas pelos seus escritórios de contabilidade não suprem suas necessidades de informação, ou suprem a necessidade básica por informação legal e fiscal. Curiosamente, observou-se também que alguns empresários entrevistados não têm interesse em fazer uso pleno das informações contábeis, devido ao seu porte.

Segundo os contadores, as principais dificuldades de seus clientes estão na falta de conhecimento administrativo, falta de conhecimento legal, falta de conhecimento de organização contábil, carga tributária elevada, informalidade e a não distinção entre operações da vida empresarial da particular.

O Quadro 1 apresenta os principais resultados em relação à identificação das necessidades de informação contábil.

Quadro 1 – Principais resultados – Identificação das necessidades de informação

Aspectos pesquisados	Contadores	Empresários
Documentação entregue e recebida	Guias fiscais para pagamento de tributos; Folha de pagamento; Balancos e balancetes.	Guias fiscais para pagamento de tributos; Folha de pagamento; Balancos e balancetes.
Comunicação das informações contábeis	Fornecem “todas”; Pequenas empresas querem serviço barato.	Desconhecem o que o contador pode fornecer; Não têm conhecimento sobre as informações necessárias para suas decisões.
Utilização de outros canais de comunicação	Muito pouco; Conforme necessidade do cliente.	Contato direto, telefone e correio eletrônico; Quando entregam documentação no escritório.
Tipo de informação contábil fornecida	Fiscal e legal, faturamento, compras, faixa no Simples; Informação gerencial depende do porte.	Fiscal e legal, faturamento, compras, faixa no Simples.
Questionamento das informações	Carga tributária; Empresário não tem conhecimento na área.	Carga tributária; Questionam quando necessário; Confiam nas informações.
Informações necessárias	Ponto de equilíbrio, endividamento, planejamento tributário, fluxo de caixa, custos, formação do preço de venda e margem de lucro; Separação vida particular da empresa.	Faturamento, custos, despesas, margem de lucro, formação do preço de venda, tributação, informações não-financeiras; Produzem as informações, não utilizam a contabilidade.
Questionamento por informações necessárias	Sim, são questionados pelos empresários, Escritório não tem condições de fornecer “todos” os dados sobre as empresas; Problemas particulares.	Não foram questionados Espera o contador “descobrir” suas necessidades de informação.
Informações contábeis suprem necessidades de informação?	Não; Informação “protege” a empresa.	Não; Não compreendem, confiam no contador; Produzem as informações, não utilizam a contabilidade.
Dificuldades dos clientes	Falta de conhecimento administrativo; Carga tributária elevada; Não separam vida particular da empresa.	---

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no estudo, observou-se que os empresários vinculam a Contabilidade ao excesso de fiscalismo e arrecadação de impostos. Isso decorre do fato de que muitos contadores, especialmente aqueles que têm escritórios de contabilidade e prestam serviços para as pequenas empresas, se especializam em aspectos fiscais, fornecendo dessa forma, informações aos seus clientes relativas a essa área e deixando as informações da contabilidade restritas a demonstrativos contábeis, que são fornecidos a outros usuários, como instituições financeiras e órgãos do governo. Portanto, dado o aspecto legal e fiscal das informações que os contadores fornecem aos seus clientes, esses não as têm utilizado, na maioria das vezes, para a tomada de decisão.

Para que as informações contábeis, não apenas as de caráter legal, fiscal e burocrático, tenham relevância para a gestão das pequenas empresas, sendo utilizadas conscientemente para a tomada de decisão, devem elas respeitar as especificidades das pequenas empresas, serem apresentadas de forma simples e, principalmente, contextualizadas, para possibilitar a compreensão por parte dos pequenos empresários.

Observou-se que os empresários não estão avaliando suas necessidades de informações contábeis, e os contadores, por sua vez, fornecem informações, ou dados, que acabam não sendo utilizados pelos empresários, pois refletem apenas os aspectos legal, fiscal e burocrático de suas empresas, visto que não têm controle sobre essas informações, devido à sua vinculação ao cumprimento de obrigações legais.

Verificou-se, que as relações profissionais entre contadores de empresas de serviços contábeis e os proprietários de pequenas empresas estão muito distanciadas, no que se refere ao fornecimento mútuo de informações necessárias para a adequada gestão das pequenas empresas. Por um lado, observou-se que os contadores não demonstram aos seus clientes o verdadeiro potencial de auxílio que podem oferecer aos negócios desses, devido à falta de conhecimento dos empresários da importância das informações contábeis, bem como, a baixa remuneração dos serviços contábeis prestados. Tal aspecto ocorre porque os empresários não possuem o conhecimento suficiente para avaliar a importância da Contabilidade para a gestão dos seus negócios. Assim, o estudo contribui para evidenciar a importância do potencial de apoio dos profissionais contábeis na gestão de pequenas empresas, desde que os proprietários dessas se conscientizem desse potencial e remunerem adequadamente os serviços prestados pelos profissionais.

É inegável a importância das informações contábeis para a gestão de qualquer empreendimento empresarial. Como já foi mencionado, o empresário, na maioria dos casos, não possui os conhecimentos contábeis suficientes e, por vezes, não consegue sequer avaliar a sua importância. Por isso, caberia ao contador estreitar uma aproximação, participar e conhecer mais a vida empresarial de seus clientes e demonstrar com convicção a relevância da Contabilidade para uma adequada gestão empresarial.

NOTAS

1. Classificação das Empresas por Porte, segundo SEBRAE (2005):
 - Microempresa: na indústria, até 19 pessoas ocupadas; no comércio e serviços, até 09 pessoas ocupadas;
 - Pequena empresa: na indústria, de 20 a 99 pessoas ocupadas; no comércio e serviços, de 10 a 49 pessoas ocupadas;
 - Média empresa: na indústria, de 100 a 499 pessoas ocupadas; no comércio e serviços, de 50 a 99 pessoas ocupadas;
 - Grande empresa: na indústria, acima de 500 pessoas ocupadas; no comércio e serviços, acima de 100 pessoas ocupadas.
2. O Decreto nº 5.028/04, que alterou a Lei nº 9.841/99 considera, como microempresa, a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 433.755,14 e como empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que, não enquadrada como microempresa, tiver receita bruta anual superior a R\$ 433.755,14 e igual ou inferior a R\$ 2.133.222,00.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, W. de; SANTANA, A. C. Evidenciação. **Caderno de Estudos FIPECAFI**, nº 05, São Paulo: FIPECAFI, jun. 1992.

ASSAF NETO, A. A Dinâmica das decisões financeiras. **Caderno de Estudos FIPECAFI**, São Paulo: FIPECAFI, v.16, p.9 – 25, jul. / dez. 1997.

ATKINSON, A. A.; BANKER, R. D.; KAPLAN, R. S.; YOUNG, S. M. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Atlas, 2000. 812 p.

BEUREN, I. M. **Gerenciamento da Informação**: Um recurso estratégico no processo de gestão empresarial. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000. 104 p.

BIO, S. R. **Sistemas de Informação**: um enfoque gerencial. São Paulo: Atlas, 1985. 183 p.

BRASIL. Lei n° 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9841.htm>. Acesso em: 20 dez. 2004.

CARVALHO, A. M. R.; NAKAGAWA, M. Informações Contábeis: um olhar fenomenológico. In: 17° Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2004, Santos. **Resumos ...** Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2004. 160 p.

CERQUEIRA, J. F.; OLIVEIRA, W. P.; AZEVEDO, T. C. Socialização da informação contábil para os microempresários: um estudo das microempresas instaladas no Centro Histórico de Salvador. In: 17° Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2004, Santos. **Resumos ...** Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2004. 160 p.

CFC (Conselho Federal de Contabilidade), 1995. Resolução CFC n.º 785/95 - Aprova a **NBC T 1**: Das Características da Informação Contábil. Disponível em: <http://cfcspw.cfc.org.br/resolucoes_cfc/RES_785.DOC>. Acesso em: 22 dez. 2004.

CFC (Conselho Federal de Contabilidade), 2004. **Profissionais e escritórios registrados e ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade até dezembro de 2004 (acumulado)**. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/uparq/ATIVOS_2004.pdf>. Acesso em: 8 out. 2005.

COSTA, D. F.; YOSHITAKE, M. O controle e a informação contábil nas pequenas empresas: um estudo em Formiga. In: 17° Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2004, Santos. **Resumos ...** Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2004. 160 p.

CVM (Comissão de Valores Mobiliários), 1986. **Deliberação CVM n° 29/86**. Brasília: CVM, 1986.

DAVENPORT, T. H. **Ecologia da Informação**: Por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998, 2ª reimpressão, 2000, 316 p.

DEITOS, M. L. M. S. Conhecer as especificidades das pequenas e médias empresas: uma necessidade que se impõe ao contador. **Revista do CRCPR**, ano 27, n° 136, 2º quadrimestre de 2003, Disponível em <www.crcpr.org.br>. Acesso em: 24 jun. 2005.

FIPECAFI. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**: aplicável também às demais sociedades. 4ª. Edição. São Paulo: Atlas, 1994, 778 p.

FREITAS, H. M. R.; JANISSEK-MUNIZ, R. **Análise léxica e análise de conteúdo**: técnicas complementares, seqüenciais e recorrentes para exploração de dados qualitativos. Porto Alegre, Sphinx, Editora Sagra Luzzatto, 2000. 175 p.

FREITAS, H. M. R.; MOSCAROLA, J. **Da observação à decisão**: método de pesquisa e de análise de dados quanti-qualitativos. Porto Alegre, Sphinx, Editora Sagra Luzzatto, 2000.

GOLDRATT, E. M. **Garimpendo informação num oceano de dados**: a síndrome do palheiro. São Paulo: C.Fullmann, 1991. 243 p.

GUERREIRO, R. Um Modelo de Sistema de Informação Contábil para Mensuração do Desempenho Econômico das Atividades Empresariais. **Caderno de Estudos FIPECAFI**, nº 4, São Paulo: FIPECAFI, mar. 1992.

KASSAI, S. As empresas de pequeno porte e a contabilidade. **Caderno de Estudos FIPECAFI**, São Paulo: FIPECAFI, v. 9, n. 15, p.60-74, jan./jun 1997.

KOTLER, P. & ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing**. Rio de Janeiro, Printice – Hall do Brasil, 1998, 527 p.

LEONE, N. As especificidades das pequenas e médias empresas. **Revista de Administração**, São Paulo, v.34, n.2, p.91-94, abr./jun. 1999.

LOPES de SÁ, A. **Artigos para dissertação** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por < amstroeh@uol.com.br > em 17 ago. 2005.

LOPES de SÁ, A. **Modelos contábeis e gestão da capacidade lucrativa**. Disponível em: < amstroeh@uol.com.br >. Acesso em: 17 ago. 2005.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1988. 540 p.

McGEE, J.; PRUSAK, L. **Gerenciamento Estratégico da Informação**: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação.

MEIGS, W. B.; JOHNSON, C. E.; MEIGS, R. F. **Accounting**: the basis for business decisions, McGrawHill Book Company, 4ª ed., 1977. 1034 p.

NUNES, L. C.; SERRASQUEIRO, Z. M. S. A Informação Contabilística nas Decisões Financeiras das Pequenas Empresas. **Revista de Contabilidade e Finanças – USP**, São Paulo, nº 36. p. 87-96, set. /dez. 2004.

OLIVEIRA A. G.; MÜLLER A. N.; NAKAMURA, W. T. A utilização das informações geradas pelo sistema de informação contábil como subsídio aos processos administrativos nas pequenas empresas. **Revista da FAE**, Curitiba, v.3, n.3, set./dez. 2000. Disponível em: < <http://www.cde.br/publicacoes/revista.asp>>. Acesso em: 28 jun. 2005

OLIVERIA, L. M.; PEREZ JÚNIOR, J. H.; SILVA, C. A. S. **Controladoria Estratégica**. São Paulo: Atlas, 2002. 216 p.

PIRES, M. A.; COSTA, F. M.; HAHN, A. V. Atendimento das necessidades de informação para tomada de decisão em pequenas e médias empresas: análise crítica das informações geradas pela contabilidade frente aos seus objetivos – pesquisa exploratória no setor de confecções da Glória – ES. In: 4º Congresso USP Controladoria e Contabilidade. 2004, São Paulo, **Anais...** São Paulo: USP, 2004. Disponível em: <www.eac.fea.usp.br>. Acesso em: 3 jul. 2005.

PITELA, A. C. O desempenho profissional do contador na opinião do empresário. **Revista Publicatio UEPG** - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes, ano 8, n.1, 2000. Disponível em: <<http://www.uepg.br/prosp/publicatio/ant.htm>>. Acesso em: 29 jun. 2005.

RAMOS, A. S.; PAULA, C. S.; TEIXEIRA, E. E. M. Análise Comparativa da Qualidade dos Serviços Contábeis prestados pelos Escritórios de Contabilidade em Ipatinga, Minas Gerais. Centro Universitário do Leste de Minas Gerais – UnilesteMG. In: III Semana de Iniciação Científica, 2000, Minas Gerais, **Anais...** Minas Gerais: UnilesteMG, 2000.

Disponível em: <www.unilestemg.br/pic/materiais/pesquisas/Proj-Linhas-Orient-Bols2000.doc>. Acesso em: 29 de jun. 2005.

RESKE FILHO, A. **O Uso de Relatórios Contábeis-Gerenciais no Processo de Gestão das Empresas do Setor da Construção Civil de Santa Maria/RS**. 2000, 126 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade). Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2000.

SANTOS, E. S. Objetividade x Relevância: o que o modelo contábil deseja espelhar. **Caderno de Estudos FIPECAFI**, São Paulo: FIPECAFI, v.10, n.18, mai./ago. 1998.

SEBRAE. **Boletim Estatístico de Micro e Pequenas Empresas**: Observatório Sebrae, 1º semestre 2005. Disponível em: <www.sebrae.com.br>. Acesso em: 26 jun. 2005.

SEBRAE-RS. **Empresas Gaúchas**: Quantas são, quantos empregos geram e onde se localizam. Planejamento e Marketing - Núcleo de Inteligência Estratégica, jun. 2004. Disponível em:< www.sebrae-rs.com.br >. Acesso em: 26 jun. 2005.

SILVA, A. L. S. **O perfil do profissional contábil, sob a ótica dos gestores, das micro-indústrias da Região da Campanha do Rio Grande do Sul e sua postura frente ao mercado globalizado**, 2002, 86 f. Dissertação (Mestrado em Integração e Cooperação Internacional), Universidade Nacional de Rosário – Argentina e Universidade da Região da Campanha – Brasil. Disponível em: <http://www.urcamp.tche.br/ccei/disserta1_andre.pdf>. Acesso em: 4 jul.2005.

SIMON, H. A. **Comportamento Administrativo**. 2º ed. Rio de Janeiro: FGV, 1970, 277 p.

SOARES, L. A. C. F. **A Divulgação de Informações Contábeis Obrigatórias e as Necessidades Informacionais na Área Financeira**: a Visão de Gestores Financeiros de Empresas do Polo Eletro-Eletrônico da Zona Franca de Manaus. 1998, 152 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina.

SOUZA, L. C. Pequenas empresas se utilizam muito pouco de relatórios gerenciais. **Revista do CRCPR**, Curitiba, ano.26, n.129, p.27-30, 1º quadrimestre, 2001, Disponível em: < www.crcpr.org.br >. Acesso em 1º jun. 2005.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987. 175p.

VASCONCELOS, Y. L.; VIANA, A. L. Evidenciação: forma e qualidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Ano XXXI, n° 134 – p.21 – 29, mar./abr. 2002.

ZANOTELI, E. J. **Sistemas de Informações Gerenciais**: o Uso da Informação Contábil como Apoio à Tomada de Decisão. 2001, 280 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais.